



GESTÃO PÚBLICA

CASOS, ANÁLISES E PRÁTICAS

PAULO R. Z. ABDALA
RONALDO BORDIN
Organizadores

PAULO R. Z. ABDALA
RONALDO BORDIN
Organizadores

GESTÃO PÚBLICA

CASOS, ANÁLISES E PRÁTICAS

© 2020, DOS AUTORES

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
DE GESTÃO PÚBLICA
PNAP/2017-2019**

COORDENADOR

Paulo Ricardo Zilio Abdala

COORDENADOR SUBSTITUTO

Rafael Kruter Flores

SECRETÁRIO

Paulo Roberto Gomes Garcia

BOLSISTA ADMINISTRATIVO

Davi D'Avila

Julia Gomes dos Santos

CORPO DOCENTE: DISCIPLINAS

Profs. Drs.

Aragon Erico Dasso Júnior

Ariston Azevedo

Clezio Saldanha dos Santos

Cristina Amélia Carvalho

Davide Carbonai

Diogo Joel Demarco

Christine da Silva Schröder

Fábio Meira Bittencourt

Fernando Dias Lopes

Gilberto Tavares dos Santos

Guilherme Dornelas Câmara

Leonardo Granato

Rafael Kruter Flores

Sílvia Generali da Costa

Sueli Maria Goulart da Silva

COORDENADOR DE TUTORIA

Gabriela Perin

Tito Francisco Ianda

Erik Álvaro Fernandes

TUTORES DE DISCIPLINAS

Adriana Paz Nunes

Ana Julia Bonzanini Bernardi

Ana Júlia Possamai

Carlos Roberto Santos Vieira

Cláucia Piccoli Faganello

Fernando Gonçalves de Gonçalves

Ísis Oliveira Bastos Matos

Jaqueline Guimarães Santos

Mauricio Pozzebon de Lima

Paulo Rodrigues Cerqueira

Roberta Carnelos Resende

Tanise Dias Freitas

Tito Francisco Ianda

Vinicius de Lara Ribas

Executado por



publicato@publicato.com.br

www.publicato.com.br

51 3013.1330

VERSÃO DIGITAL

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-65-87636-04-7



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Gestão Pública [livro eletrônico]: casos, análises e práticas :
/ organização Paulo R. Z. Abdala, Ronaldo Bordin.
- 1. ed. - Porto Alegre, RS : Publicato Editora, 2020.
PDF

ISBN 978-65-87636-04-7

1. Administração pública - Brasil 2. Rio Grande do Sul (RS)
3. Saúde pública - Aspectos sociais I. Abdala, Paulo R. Z.
II. Bordin, Ronaldo.

20-52239

CDD-350

Índices para catálogo sistemático:

1. Administração pública 350
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

AS ESTRATÉGIAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: SUBSÍDIOS PARA O APRIMORAMENTO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

BRUNA FERREIRA CORRÊA
GUILHERME DORNELAS CAMARA
PAULO RODRIGUES CERQUEIRA

Introdução

A Vigilância Socioassistencial é considerada uma das funções da política de assistência social e consiste em uma área que compõe a Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo interação e complementariedade com as proteções sociais. É através da Vigilância Socioassistencial que é possível produzir os meios técnicos necessários para suprir técnicos/as e gestores/as de fontes de informações sobre a realidade socioterritorial, onde se materializam as situações de riscos e vulnerabilidades sociais da população que se insere em um determinado território (BRASIL, 2013a; BRASIL, 2012a).

Nesse sentido, a Vigilância também é uma ferramenta para se traçar o planejamento de ações preventivas no território, bem como essa área é essencial para fomentar o monitoramento e a avaliação, através de indicadores e dados em sistemas informatizados e do padrão da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados no SUAS.

Em relação à produção de dados e indicadores sobre as situações de risco e vulnerabilidade social de famílias e indivíduos e o tipo, padrões de oferta e qualidade, localização e volume dos serviços, a Vigilância Socioassistencial "deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas" (BRASIL, 2013a). Cabe também à Vigilância Socioassistencial monitorar a incidência das situações de violência, negligência, maus tratos, abandono, abuso e exploração sexual nos territórios, em apoio às ações das proteções sociais.

A Vigilância também contribui para identificar as potencialidades dos territórios, priorizando ações para as famílias mais vulneráveis, a fim de incluí-las em serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2013a).

A política de assistência social deve estar ancorada por um Plano de Assistência Social que deve ser realizado tendo como base o diagnóstico socioterritorial para contemplar a análise sobre o território. A Vigilância Socioassistencial é

responsável por realizar esse diagnóstico, o qual “requer um processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social das demandas sociais, de identificação da rede socioassistencial e de outras políticas públicas” (MARTINELLI; SANTOS; SILVA, 2015, p.106). Um “fluxo de referência e contrarreferência” da Vigilância Socioassistencial deve contemplar as seguintes etapas:

Registro gerado pelas proteções: básica e especial; troca de informações entre os serviços; encaminhamento das informações à Vigilância Socioassistencial; sistematização das informações pela Vigilância Socioassistencial; agrupamento, análise, processamento e devolução das informações para os trabalhadores e usuários que geraram as primeiras bases (MARTINELLI; SANTOS; SILVA, 2015, p.106).

Além desse fluxo, a Vigilância Socioassistencial se utiliza de ferramentas, indicadores e sistemas informatizados da Rede SUAS e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) vinculada ao Ministério da Cidadania para coleta de dados e informações pertinentes para a efetiva gestão das informações. São exemplos desses sistemas: o Censo SUAS, o Prontuário SUAS Eletrônico e Físico, o Registro Mensal de Atendimento (RMA) das unidades socioassistenciais de proteção social básica e especial, o Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS), Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), os Índices de Desenvolvimento dos equipamentos socioassistenciais, o PAG-SUAS e outros instrumentos.

Conforme Lazzari (2018) a Vigilância Socioassistencial coleta dados pertinentes ao SUAS referente ao tipo (unidade, órgãos e entidades socioassistenciais), volume (quantidade de unidades socioassistenciais públicas e privadas), padrões de qualidade com criação de indicadores e a distribuição espacial dos prestadores de serviços. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, a Vigilância Socioassistencial se divide em dois eixos: um eixo seria conhecer os elementos quantitativos e qualitativos frente às situações de vulnerabilidade e risco social e; o outro eixo seria conhecer a rede socioassistencial para adequar a demanda e a oferta dos serviços.

A concepção de Vigilância Socioassistencial depende da direção social implicada: pode ser um instrumento que contribui para a defesa de direitos ou um meio de controle e perpetuação da ordem. A Vigilância Socioassistencial ultrapassa o modelo gerencial, sendo essa área uma estratégia para o combate a “insegurança social” e para a prevenção das situações de risco. Por isso, a Vigilância Socioassistencial está diretamente articulada às funções de proteção social e defesa de direito no âmbito da política de assistência social (LAZZARI, 2018).

De acordo com Lazzari (2018), a Vigilância Socioassistencial consiste em uma ferramenta de planejamento que subsidia outras políticas públicas, permitindo por meio de suas informações realizar a “busca ativa” de usuários/as que ainda não acessam a política de assistência social. Dessa maneira, a Vigilância Socioassistencial é uma das funções e estratégias imprescindíveis para a consolidação do SUAS, sendo um desafio efetivar a sua implantação, implementação e operacionalização nos estados e municípios.

O SUAS é constituído por proteções sociais que ofertam equipamentos onde são executados diretamente os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. As proteções sociais do SUAS estão divididas em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica tem enfoque nas ações de caráter protetivo, preventivo e proativo, buscando prevenir situações de risco e vulnerabilidade e fomentando o protagonismo e convívio familiar, comunitário e social dos/as usuários/as que acessam os equipamentos que constituem essa proteção: o CRAS (unidade público-estatal) e os Centros de Convivência (constituídos como unidades público-estatais ou como entidades privadas). Assim, tem como premissa a materialização das diretrizes da matricialidade sociofamiliar, do trabalho social com famílias e da territorialização (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p. 82).

A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade atua no trabalho social especializado com as famílias e os indivíduos em situações de violações de direitos como nos casos de violência, abuso e exploração sexual, abandono, trabalho infantil, população em situação de rua, etc. Os equipamentos responsáveis pela oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade são os CREAS, os Centros POP e os Centros-Dia. A Alta Complexidade, no âmbito da Proteção Social Especial, é ofertada nos serviços de acolhimento institucional como os abrigos institucionais, as casas de passagem, as casas-lar e as residências inclusivas; os serviços de acolhimento em república; os serviços de acolhimento em famílias acolhedoras e; o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – no âmbito da Proteção Social Básica – e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – no âmbito da Proteção Social Especial – são referências centrais para o desenvolvimento da proteção social no SUAS. Nessa perspectiva, enfatiza-se que é através do PAIF e do PAEFI que se fortalece o trabalho social com famílias, o qual fomenta a responsabilidade do estado na atuação protetiva e a perspectiva emancipatória junto às famílias que acessam os serviços socioassistenciais.

As proteções sociais no SUAS são áreas essenciais que devem estar integradas com os demais campos que compõem a Gestão do SUAS, a fim de assegurar o aprimoramento deste sistema. Nesse sentido, a interlocução das proteções sociais com a Vigilância Socioassistencial é um mecanismo potente para contribuir com o fortalecimento do SUAS. Mais do que isto, a Proteção Social Básica e Especial são áreas fundamentais para prover de dados a área de Vigilância Socioassistencial.

Além disso, a área de Vigilância Socioassistencial também é essencial para subsidiar de informações os serviços que constituem as proteções sociais para que estes serviços “avaliem sua própria atuação, ampliem seu conhecimento so-

bre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes” (BRASIL, 2013a, p. 23). Dessa forma, ambas as áreas estabelecem uma articulação e são interdependentes.

O diagnóstico socioterritorial é um elemento essencial para a elaboração dos Planos de Assistência Social dos entes federados (BRASIL, 2013a). No entanto, não se restringe a isso, também possibilita realizar um mapeamento da rede de proteção social, fomentando a busca de estratégias para as proteções sociais, a fim de qualificar a sua oferta. O diagnóstico socioterritorial também permite elencar as questões prioritárias para o SUAS com base em relatórios e registros produzidos pelas equipes técnicas.

O Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, destaca uma sugestão para estrutura do diagnóstico socioterritorial, qual seja: 1. Conter variáveis e indicadores de contexto (condições do desenvolvimento econômico e social); 2. Indicar variáveis e indicadores de caracterização da demanda potencial para serviços e benefícios da assistência social; 3. Apresentar variáveis e indicadores sobre a estrutura e oferta dos serviços e benefícios de assistência social; 4. Indicar variáveis e indicadores relativos à estrutura das demais políticas públicas; 5. Descrever indicadores que correlacionem demanda e oferta segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013a).

A materialização e a análise do diagnóstico socioterritorial, sobretudo, no Plano de Assistência Social, possibilita viabilizar a construção de estratégias para as proteções sociais (básica e especial) do SUAS frente às situações de risco e vulnerabilidade social, nas quais se inserem famílias e indivíduos, de modo a contribuir na garantia dos direitos, bem como no aprimoramento da oferta dos serviços socioassistenciais.

Este estudo objetivou apresentar as particularidades referente à relação que a Vigilância Socioassistencial estabelece junto à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial na produção de subsídios para o aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito do SUAS.

Procedimentos da Pesquisa

A coleta de dados foi realizada através de uma pesquisa documental, a qual buscou identificar os instrumentos e as sistematizações pertinentes à área da Vigilância Socioassistencial, descrevendo a sua articulação com a Proteção Social Básica e Especial. O material selecionado foi produzido nos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial ocorridos em 2014, 2015, 2017 e 2018, e nas Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial dos anos de 2017 e 2018.

A pesquisa documental objetivou sistematizar os instrumentos, as estratégias e as ações no âmbito da Vigilância Socioassistencial, destacando dados que dissessem respeito à implementação, à execução e à articulação dessa área com as proteções sociais do SUAS.

Como complemento à pesquisa documental foi utilizada a observação participante, considerando as vivências e experiências de atuação profissional de um dos autores, técnica vinculada à gestão estadual da política de assistência social.

A interpretação dos dados coletados seguiu três etapas: organização das informações coletadas e no tratamento dos dados da pesquisa documental e na observação participante; construção de um quadro sintético dos instrumentos da área da Vigilância Socioassistencial; e, interpretação dos dados.

O Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial (ENVS) consiste em um espaço periódico de troca de saberes no âmbito de Vigilância Socioassistencial, o qual conta com mesas de discussões técnicas, oficinas e divulgação de experiências municipais e estaduais no tema da Vigilância Socioassistencial e sua relação com outras áreas estratégicas do SUAS. Foram consultados os documentos na publicação online no blog da Rede SUAS, a qual trouxe a descrição das experiências municipais na primeira mostra e, na segunda mostra de experiências, apresentou as experiências municipais e estaduais, abordando aspectos como objetivo, público-alvo, contexto, metodologia, envolvidos/participantes, insumos necessários, resultados, modelo de atenção, desafios e limitações e os “próximos passos”.

Foram considerados como materiais destes encontros a serem sistematizados as apresentações (em forma de templates ou vídeos) das mesas e das oficinas, elaborados por atores que compõem a instância da coordenação nacional do SUAS.

A seleção dos dados apresentados neste estudo se deteve nas discussões que mais se aproximaram da interlocução da Vigilância Socioassistencial com as proteções sociais.

Resultados

a) VIII Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial (2014)

O VIII ENVS (2014) apresentou discussões pertinentes no âmbito da Proteção Social Básica e Especial. No âmbito da Proteção Social Básica demonstrou os avanços relacionados ao ID CRAS, o qual consiste em um índice que avalia o grau de desenvolvimento do CRAS por meio do Censo SUAS, levando em consideração quatro dimensões: estrutura física, horário de funcionamento, recursos humanos (considerando a equipe de referência própria para o porte do município) e, as atividades realizadas (orientações, busca ativa, visita domiciliar, encaminhamentos, grupos/oficinas, entre outros critérios).

Aquele município que possui dimensões com baixa gradação no ID CRAS sofre impacto em relação aos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD SUAS)³, uma vez que o ID CRAS médio é utilizado como base cálculo para formação do IGD SUAS (BRASIL, 2012b).

Outro tema da Proteção Social Básica apresentado o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) a partir dos dados ex-

traídos do Sistema de Informações do SCFV (SISC) e do Censo SUAS 2013. Este painel expôs os seguintes dados: a quantidade de unidades que ofertavam o SCFV e o tempo da participação dos/as usuários/as nos grupos por ciclo etário; a capacidade de atendimento dos SCFV por região e porte de município e o público prioritário do SCFV por faixa etária e região. Estes dados apontaram a situação geral da execução do SCFV nas unidades socioassistenciais.

Referente à Proteção Social Especial, foram apresentadas no VIII ENVS três temas relevantes: regionalização e padronização dos serviços de Proteção Social Especial e medidas socioeducativas. Sobre a regionalização dos serviços de Alta e Média complexidade, em conformidade com a Resolução CNAS nº 23, de 27 de setembro de 2013, a Resolução Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 17, de 3 de outubro de 2013 e a Resolução CNAS nº 31, de 31 de outubro de 2013, a SNAS apresentou informações a partir de um questionário aplicado com as gestões estaduais.

Essas informações demonstraram uma síntese da situação das estratégias de regionalização dos serviços nos estados a partir dos seguintes elementos: estudo sobre o volume e a localização da oferta dos serviços; o diagnóstico da incidência das situações de risco e violações de direito no estado; o plano de regionalização dos serviços; os parâmetros para o plano de regionalização; as formas de oferta de serviços regionalizados de Média e Alta complexidade; a quantidade de unidades regionais; a instância responsável pela execução; o quantitativo de unidades regionalizadas; os repasses financeiros pelos estados; as estratégias de atendimento, acompanhamento e interlocução da rede, o percentual de municípios (por região e porte) sem cobertura, entre outros aspectos.

A Vigilância Socioassistencial foi destacada como uma ferramenta que integra essa articulação junto às ofertas da rede socioassistencial de Proteção Social Básica e Especial. Desse modo, a Vigilância Socioassistencial aparece como uma das áreas do SUAS para consolidar os Planos Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, atuando na construção do diagnóstico socioterritorial da situação do sistema de atendimento socioeducativo. Esta temática também apontou as bases de monitoramento da Vigilância para as medidas socioeducativas, qual sejam: Sistema Nacional de Informações do SUAS – Rede SUAS; CadSUAS; Módulo de acompanhamento dos Estados/ Monitoramento da Implantação do SUAS; Censo SUAS; Registro Mensal de Atendimento do CREAS (RMA CREAS); SISC e CadÚnico. Salienta-se que essas bases estabelecem relação com os dados coletados das proteções sociais.

b) IX Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial (2015)

O IX ENVS (2015) apresentou uma síntese dos dados referente ao monitoramento e apoio técnico realizado pela Vigilância Socioassistencial. Para isto, destacou dados relevantes dos equipamentos, ações desenvolvidas e perfil dos/as usuários/as que acessam os serviços e programas socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica e Especial.

Frente à interlocução da Vigilância com a Proteção Social Básica, neste encontro destacou-se dados quantitativos referentes ao panorama nacional da estrutura, horário do CRAS e articulações da rede socioassistencial, a equipe e percentual de povos e comunidades tradicionais que acessam o CRAS e situações prioritárias do SCFV. Além disso, os dados apresentados sistematizaram os eixos, os avanços, o diagnóstico e a articulação da Vigilância Socioassistencial em relação ao trabalho social com famílias no PAIF.

Dados quantitativos nacionais sobre a estrutura dos equipamentos, cobertura e acompanhamento do PAEFI, dos Serviços de Medidas Socioeducativa e dados sobre a Abordagem Social; questões referentes ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), identificando informações sobre o monitoramento, sistemas e acompanhamento pela rede socioassistencial (principalmente PAIF, PAEFI e SCFV), referentes à Proteção Social Especial foram expostas.

As mesas e oficina sobre o monitoramento e apoio técnico a Vigilância Socioassistencial da SNAS de modo geral destacaram sistemas muito utilizados pelas proteções sociais (básica e especial) e compilaram as informações coletadas por regiões e municípios conforme o porte populacional, contribuindo para situar o cenário nacional frente à cobertura, estrutura e situação dos serviços e programas destacados no quadro 3. Considera-se que os materiais apresentados neste encontro são fontes de informações relevantes para organização das metas e as prioridades para o aprimoramento do SUAS, uma vez que destacam os principais pontos críticos existentes nos serviços e equipamentos do SUAS. Desse modo, a ênfase nesses dados contribui para reafirmar a necessidade de garantir a equipe de referência completa, a busca de estratégias de superação da situação de compartilhamento dos espaços físicos onde se alocam os equipamentos socioassistenciais, a promoção de ações protetivas para acompanhamento, atendimento e busca ativa do público prioritário da política de assistência social e daqueles que dela necessitam.

c) X Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial (2017)

O X ENVS (2017) também ressaltou as contribuições da Vigilância Socioassistencial para as proteções sociais. Foram destacados neste encontro no âmbito da Proteção Social Básica a cobertura e qualidade dos serviços e equipamentos em expansão, a situação da estrutura física, do compartilhamento, do horário de funcionamento e da equipe de referência dos CRAS e dos Centros de Convivência por região. Além disso, trouxe dados sobre o PAIF a partir do Censo SUAS 2016 e do SCFV com base no Censo SUAS 2014.

Frente a Proteção Social Especial se destacaram dados referentes ao panorama frente à estrutura física, recursos humanos e cobertura dos CREAS, Centro POP, Centro Dia e os Serviços de Medidas Socioeducativas e de Abordagem Social por região. Também se ressaltou a análise do quantitativo de acompanhamentos pelo PAEFI e do perfil das famílias a partir de dados do RMA 2016.

De modo geral, nota-se que a Vigilância Socioassistencial utilizou dados do Censo SUAS e RMA para levantar as informações sobre cobertura, estrutura e funcionamento dos equipamentos e serviços socioassistenciais, contribuindo para que a Gestão do SUAS fomente estratégias de aprimoramento em regiões que apresentaram dados com um nível de cobertura ou qualidade insatisfatória dos serviços e equipamentos socioassistenciais.

c) XI Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial (2018)

O XI ENVS, ocorrido no ano de 2018, semelhante aos encontros anteriores, apresentou um panorama dos principais equipamentos e serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica e Especial.

Nesse sentido, no âmbito da Proteção Social Básica demonstrou a cobertura, expansão (de 2007 a 2017), a situação dos CRAS e dos Centros de Convivência no Brasil em relação à estrutura física, equipe de referência, horário de funcionamento e ações realizadas no âmbito do PAIF e do SCFV. Destacou ainda a situação do ID CRAS no Brasil. Além disso, ressalta-se que esta mesa expôs o índice referente ao déficit de CRAS no Brasil, salientando a necessidade de implantação de 1031 novos CRAS para efetivar 100% de cobertura de CRAS no Brasil.

Referente à Proteção Social Especial, o XI ENVS, apresentou contribuições no âmbito da Média e Alta Complexidade. Desse modo, destacou dados sobre o ID CREAS, ID Centro POP, ID Acolhimento e o panorama geral das unidades de acolhimento, dos CREAS, Centro POP e Centro Dia. Também discutiu a partir de dados quantitativos sobre a guarda subsidiada, as famílias em acompanhamento e atendimento no PAEFI e no Serviço de Abordagem Social, o perfil dos acolhidos em unidades de acolhimento e das equipes de referência dos equipamentos de Proteção Social Especial.

Nessa perspectiva, de modo geral aponta-se que os dados coletados nas apresentações dos quatro últimos encontros de Vigilância Socioassistencial se baseiam mais em dados quantitativos. Poucos dados coletados apresentaram fontes qualitativas, o que limita a presente análise. Salienta-se que algumas mesas com temas que diziam respeito às proteções sociais não constaram material publicado pela SNAS ou não demonstraram relação com os objetivos deste trabalho.

Em síntese, as contribuições da Vigilância Socioassistencial expostas nos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial de 2014 a 2018 demonstram os monitoramentos realizados pelo setor de Vigilância Socioassistencial da SNAS, no âmbito da cobertura de atendimento, estrutura física e funcionamento dos equipamentos que compõem as proteções sociais (CRAS e Centro de Convivência no âmbito da Proteção Social Básica e CREAS, Centro POP, Centro Dia e unidades de acolhimento no âmbito da Proteção Social Especial). Também apresentou um panorama das equipes de referência no Brasil, perfil de usuários/as que ingressam nos serviços socioassistenciais, levantamento de

atendimentos e acompanhamentos nos serviços que integram essas proteções, dentre outras questões.

Frente a estes dados coletados se destacaram as ferramentas e sistemas nacionais que a União, os estados e os municípios utilizam em suas práticas de planejamento, monitoramento, registro e avaliação como, por exemplo, o Censo SUAS, o RMA, o SISC, o SIMPETI etc. Esses instrumentos foram utilizados como subsídios para delinear o monitoramento da situação dos serviços e dos equipamentos da Proteção Social Básica e Especial.

Apesar dos limites identificados na coleta destes dados nos quatro últimos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial, enfatiza-se a importância desses espaços para o debate frente às estratégias para qualificar a articulação de toda rede socioassistencial, fortalecendo a integração da rede de atendimento direto à população (CRAS, Centros de Convivência, CREAS, Centro POP e unidades de acolhimento) com a área de Vigilância Socioassistencial, a qual está ligada à Gestão do SUAS.

e) Mostras De Experiências em Vigilância Socioassistencial

Na primeira Mostra de Experiência em Vigilância Socioassistencial, realizada no ano de 2017, 78 municípios encaminharam suas experiências de Vigilância Socioassistencial para análise da SNAS, sendo selecionadas 26 experiências. Desse modo, foram selecionadas apenas experiências municipais, contemplando a diversidade das regiões participantes e os portes populacionais dos municípios.

Na segunda Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial, realizada no ano de 2018, foram encaminhadas para a SNAS 133 experiências, de 110 municípios, e 16 experiências estaduais. Foram selecionadas 35 experiências municipais e cinco experiências estaduais, sendo que alguns estados apresentaram mais de uma experiência. A primeira e a segunda Mostra de Experiências foram apresentadas, respectivamente, no X e XI Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial em 2017 e 2018.

Na Primeira Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial se destacaram estratégias e instrumentos de Vigilância Socioassistencial essenciais para o aprimoramento das proteções sociais, quais sejam: boletim de informações, sistemas, registros, padronização de instrumentais, estudos analíticos, diagnóstico socioterritorial e georreferenciamento. Também se destacaram estratégias de acompanhamento no âmbito dos serviços socioassistenciais como o SCFV, o PAEFI e da situação de trabalho infantil, as quais envolveram ações das equipes de referência no âmbito da Proteção Social Básica e Especial.

Em relação às contribuições destes instrumentos de Vigilância Socioassistencial para as proteções sociais do SUAS, ressalta-se a melhora no fluxo de trabalho das equipes de referência, a utilização de estratégias de monitoramento, acompanhamento dos serviços, programas e projetos e o aprimoramento de ins-

trumentais de trabalho, fortalecendo a função preventiva inscrita no âmbito das proteções sociais. Também se destacou como contribuição a maior articulação entre as equipes de referência que compõem as proteções sociais do SUAS, o fortalecimento do planejamento estratégico e das ações protetivas e preventivas.

Desse modo, a Vigilância Socioassistencial contribuiu para qualificar os serviços socioassistenciais, bem como apoiar tecnicamente o papel das equipes de referência dos equipamentos, através de ferramentas próprias desta área como o monitoramento, o planejamento, a avaliação, a sistematização e a socialização de informações pertinentes para o SUAS.

As estratégias municipais expostas na Segunda Mostra de Experiências expressaram uma ênfase na utilização do diagnóstico socioterritorial, georreferenciamento e mapeamento do território, utilizando como subsídio os dados fornecidos pelas proteções sociais. Se destacou o estabelecimento de diálogo com os trabalhadores e equipes de referência que compõem as proteções sociais como meio para a construção de estratégias no âmbito da Vigilância Socioassistencial. Nesse sentido, o apoio da Vigilância Socioassistencial aos trabalhadores do SUAS inseridos nas proteções sociais é fundamental para qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais, uma vez que esta articulação promove instrumentos que aprimoram a análise consubstanciada a partir do acesso a informações relevantes sobre o território, sobre a cobertura e a capacidade de atendimento dos serviços, sobre o acesso dos/as usuários/as e os fluxos da rede, entre outros meios importantes.

As experiências municipais apresentaram mais estratégias no âmbito da Proteção Social Básica, principalmente a elaboração de subsídios para aprimorar, implantar ou avaliar o SCFV. Foram destacadas mais ações estratégicas no âmbito da Proteção Social Especial nas experiências estaduais, tais como: fortalecimento e aprimoramento da rede de serviços socioassistenciais; construção o diagnóstico socioterritorial com as equipes das proteções sociais; levantamento de dados sobre vulnerabilidades sociais e violações de direitos; acompanhamento, monitoramento e planejamento dos serviços, criação de instrumentos padronizados e; estudos frente à situação de trabalho infantil.

f) Interlocação entre a vigilância socioassistencial e as proteções sociais para o fortalecimento da gestão do SUAS

Os Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial dos últimos quatro anos evidenciaram diversas ferramentas de gestão que apoiaram as proteções sociais. Desse modo, nesses encontros enfatizaram-se temáticas que diziam respeito à elaboração do diagnóstico socioterritorial, ao diagnóstico das ofertas, da cobertura e da expansão dos serviços e dos equipamentos de Proteção Social Básica e Especial. Esses diagnósticos constituíram-se como meios que subsidiaram o planejamento da política de assistência social, uma vez que através deles é possível analisar a di-

mensão da cobertura e do acesso da população prioritária junto aos serviços socioassistenciais, bem como é possível delinear as estratégias de prevenção e proteção frente às situações de vulnerabilidades e riscos sociais identificados.

Nos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial também se discutiu sobre a utilização dos índices ID CRAS, ID CREAS, ID Centro POP, ID Acolhimento, os quais demonstraram o panorama estrutural dos equipamentos socioassistenciais no Brasil. A exposição destes dados com base nos Índices de Desenvolvimento fomentou a implantação de estratégias no âmbito da Gestão do SUAS, no sentido de estabelecer prioridades para qualificar as dimensões que consolidam esse índice.

Além disso, os Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial destacaram temas voltados para os serviços e equipamentos específicos no âmbito da Proteção Social Básica, como o CRAS, o Centro de Convivência, o SCFV e o PAIF e, da Proteção Social Especial, como o CREAS, o Centro POP, o Centro Dia, as Unidades de Acolhimento, o PAEFI e o Serviço de Medidas Socioeducativas.

Nestes Encontros também se ressaltaram o perfil de públicos e situações específicas e prioritárias para a política assistência social como o perfil de acolhidos, a situação de trabalho infantil e a população em situação de rua. Os Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial fomentaram a utilização de ferramentas nacionais gerenciadas pela União, estados e municípios, como exemplo cita-se o Censo SUAS, o SISC, o SIMPETI, o RMA, dentre outros sistemas. Ressalta-se que essas ferramentas são de uso das proteções sociais.

Referente às Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial foram identificados os seguintes instrumentos e estratégias em contribuição com as proteções sociais: Boletins de Informação; Sistemas de Informação específicos; georreferenciamento, diagnóstico socioterritorial e mapeamento do território; estudos e avaliações acerca da cobertura de serviços, equipamentos e populações prioritárias para o SUAS; padronização e qualificação de instrumentos; planejamento estratégico;

Uma contribuição produzida dessa relação é o alinhamento dos fluxos de trabalho para a melhoria do atendimento dos usuários e o fortalecimento da busca ativa da população prioritária e em situação de vulnerabilidade que ainda não acessa os serviços do SUAS. Para efetivar essa busca ativa, o diagnóstico ou o mapeamento socioterritorial se apresentam como meio para produção de dados frente à identificação das demandas dos usuários e ao planejamento da oferta dos serviços.

Em relação aos dados coletados nos Encontros e Mostras de Vigilância Socioassistencial, abaixo se aponta uma síntese dos temas mais recorrentes:

- Análise da cobertura, estrutura física e expansão dos equipamentos socioassistenciais;
- Monitoramento, planejamento, avaliação e acompanhamento de serviços;
- Gestão da informação e meios de divulgação (através de boletins, sistemas, relatórios, etc);

- Utilização de indicadores e sistemas consolidados nacionalmente para estudos, levantamentos e análises (índices de desenvolvimento, Censo SUAS, RMA, SISC, SIMPETI, etc);
- Análise dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica (PAIF e SCFV) e da Proteção Social Especial (PAEFI, Medidas Socioeducativas, Abordagem Social e Serviço de Acolhimento) e dos equipamentos ligados a estes serviços (CRAS, Centros de Convivência, CREAS, Centro POP, Centro Dia, unidades de acolhimento);
- Diagnóstico socioterritorial e mapeamento do território;
- Diálogo entre equipes de referência das áreas estratégicas do SUAS;
- Reorganização de fluxos do processo de trabalho;
- Padrões de qualidade da oferta de serviços socioassistenciais;
- Instrumentos padronizados e registros próprios; e,
- Ampliação do conhecimento frente às situações de vulnerabilidade social.

Considerações Finais

As ações de monitoramento, planejamento, avaliação, diagnóstico socioterritorial e conhecimento das vulnerabilidades sociais dos territórios estão presentes nas normativas como papel fundamental da Vigilância Socioassistencial, sendo um dos principais instrumentais de apoio técnico que contribuem com as proteções sociais.

A gestão da informação e utilização de sistemas, índices e meios de registros também se inscrevem no campo da Vigilância Socioassistencial como sua função no âmbito da Gestão do SUAS. O padrão da qualidade dos serviços e os dados referente à cobertura e tipologia dos serviços ofertados são essenciais para aprimoramento do SUAS, uma vez que com estes dados possível reorganizar os fluxos e as ofertas socioassistenciais de modo a distribuir, de forma mais equitativa, a rede socioassistencial prestadora de serviços socioassistenciais.

Nesse contexto, as estratégias da Vigilância Socioassistencial junto às proteções sociais identificadas nas Mostras e Encontros de Vigilância Socioassistencial demonstram a efetividade da articulação entre essas áreas estratégicas para o SUAS. Apesar dos limites e desafios presentes no cotidiano de execução dessas áreas, considera-se que a interlocução da Vigilância com as proteções sociais produz subsídios que têm como objetivo o conhecimento da realidade das famílias, do público-alvo da política de assistência social, dos territórios referenciados, das situações de vulnerabilidade e da cobertura dos equipamentos e serviços socioassistenciais, qualificando as ações protetivas e preventivas, a fim de fomentar a garantia de direitos socioassistenciais no SUAS.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Brasília, DF, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 1996. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS /2004. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/P_NAS2004.pdf>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB-SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>>.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho 2011. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Caderno de Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS. Brasília, 2012b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Caderno_IGDSUAS.pdf>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf>.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Pacto%20Aprimoramento%20SUAS%20G%20Municipios%20-%20cnas-2013-018-15-07-2013.pdf>.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2013. Brasília, 2013c. Disponível em: <<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-001-21-02-2013.pdf>>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2014 (Reimpressão). Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) - “Proteção Social para todos/as/os/as brasileiros/as”. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Planos_Decenal_AssistenciaSocial.pdf>

----- Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 2 de 16 de março de 2017. Brasília, 2017b.

----- Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal 2017. Brasília, 2018a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>>

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel (orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LAZZARI, Evelise. Vigilância Socioassistencial no Brasil: Contradições da operacionalização e repercussões no processo de democratização da política de assistência social. Porto Alegre, 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

MARTINELLI, Tiago; SANTOS, Simone Ritta dos; SILVA, Marta Borba. Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. In: Revista Katálysis, v. 18, n. 1, p. 104-112, jan./jun. 2015.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas>>

----- Rede SUAS. 1ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial. Brasília: MDS, 2017. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/1a-mostra-de-experiencias-em-vigilancia-socioassistencial/>>

----- Rede SUAS. 2ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/2a-mostra-de-experiencias-em-vigilancia-socioassistencial/>>

----- Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. VIII Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial - 2014. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index4.php>>

----- Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. IX Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial - 2015. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index4.php>>

----- Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. X Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial - 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index4.php>.

----- Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. XI Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial - 2018. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index4.php>.

OLIVEIRA, Mara de; PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Giselle. Vigilância Socioassistencial: uma análise a luz das conferências nacionais. In: Anais do 4º Encontro Internacional de Política social e 11º Encontro Nacional de Política Social, v.1 n.1, 2016.

PAES-SOUSA, Rômulo. Proteção Social. In: FERNANDES, Rosa M. C; HELLMANN, Aline (orgs.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Revista de Saúde Pública, v. 29, n. 4, p.318-325, 1995.